



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNAI E INCRA			
EVENTO: Reunião Reservada	REUNIÃO Nº: 0236R/16	DATA: 31/03/2016	
LOCAL: Fórum do Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina	INÍCIO: 17h53min	TÉRMINO: 18h27min	PÁGINAS: 18

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

GILSON LEHMKULHL - Agricultor.
ERIBERTO MOSER - Agricultor.

SUMÁRIO

Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados em breves intervenções.
Houve reprodução de áudio.
Há palavra ou expressão ininteligível.





O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A equipe técnica da CPI da FUNAI e do INCRA foi procurada pelos Srs. Eriberto Moser e Gilson Lehmkuhl aqui na Promotoria de Justiça da Comarca de Palhoça, para tratar do assunto da ampliação da Reserva Indígena Duque de Caxias, no Município de José Boiteux, aqui em Santa Catarina.

Quem vai falar primeiro? (*Pausa.*) Pegue o microfone, por favor.

O Sr. Gilson vai falar conosco, vai contar qual o problema que há na Reserva Indígena Duque de Caxias.

O SR. GILSON LEHMKUHL - O problema sempre são os conflitos entre os colonos e os indígenas, que isso já não é de hoje. E o que aconteceu não faz muito tempo. Faz 15 dias atrás, agora, éramos 15 colonos e ficamos trancados durante quase 3 dias, trancados pelos indígenas, sem poder chegar comida, sem poder chegar nada pra nós. Nós tivemos que sair num dia lá pra fazer um acordo na Procuradoria da Justiça, em Rio do Sul, um acordo quase forçado, tendo no dia lá quatro policiais militares. Junto desses quatro, um era o capitão, que escutou que nós pedimos se podia chegar comida, buscar comida pro nosso pessoal que estava trancado ali. Os indígenas não deixaram. E o policial, o capitão, estava junto, escutou isso e nada fez. Nós ligamos pra Polícia Militar, Polícia Federal. Ninguém quer fazer nada. A gente não sabe pra que lado vai. Se me permite, se o Jefferson estiver aí, eu tenho um áudio que mostra o que o policial militar fez pra nós, o que a nossa segurança garante pra gente. Tem como eu colocar esse áudio?

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Depois o senhor nos entrega esse áudio? O senhor pode falar no microfone.

O SR. GILSON LEHMKUHL - Não, eu não tenho ele gravado, porque o meu celular não vai WhatsApp. Eu só pedi pra mandar pra ele, se o WhatsApp do meu irmão mandar pra ele, o Sr. Jefferson.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Eu tenho essa gravação aqui.

O SR. GILSON LEHMKUHL - O senhor tem? Se puder, é só dar uma escutada. Isso foi depois de 20 ligações pro militar. (*Reprodução de áudio.*) Esse é o tratamento que a gente tem da Polícia Militar na hora de um conflito, quando a gente está lá trancado. Isso é a nossa situação. Nós temos terras lá escrituradas, com





escrituras, há mais de 40, 50 anos. O Governo, pelo programa Banco da Terra, deu dinheiro pra comprar essas terras, e os índios querem invadir essas terras, alegando que essas terras são deles.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor poderia explicar pra nós, por favor, o seguinte: essa reserva é uma reserva que sempre teve lá?

O SR. GILSON LEHMKUHL - A reserva sempre teve.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Qual é a área da reserva?

O SR. GILSON LEHMKUHL - A reserva... Eu tenho aqui em mãos o mapa. A área dela é de 14 mil hectares, e eles estão pedindo a ampliação para 37 mil hectares.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Ampliação. Quantos indígenas existem lá?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Eu não sei ao certo, mas eu acho que mais ou menos, hoje, existem entre 2 mil e 2.500 indígenas nessa reserva, só que a reserva abrange o Município de José Boiteux, Vitor Meireles, Doutor Pedrinho e Itaiópolis. São quatro Municípios que a reserva abrange.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Como é esse terreno da reserva? Ele é um terreno próprio para a agricultura, para alguma coisa?

O SR. GILSON LEHMKUHL - O terreno não vou dizer que é tão propício, porque eu não conheço toda a área de 14 mil hectares, mas muita coisa se aproveita, porque, no Vale do Itajaí, pouca terra é plaina, porque a maioria...

O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA - E a demarcação?

O SR. GILSON LEHMKUHL - A demarcação eu acredito que vai pegar uma parte mais plaina, porque muitos produtores... Quem mais vai perder, acredito eu, no meu ponto de vista, vai ser a cidade de Vitor Meireles. Há uma área muito produtiva naquela cidade.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Lá se produz o quê?





O SR. GILSON LEHMKUHL - Hoje, o milho — é muito forte o milho —, se planta um pouco de tabaco, feijão, de tudo. Acredito que agora está sendo implementada a soja lá.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Sempre houve conflito com indígenas lá ou é algo mais recente?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Não, sempre houve. Sempre houve e acredito eu que existem esses conflitos mais hoje em dia — mais hoje em dia, não, já vêm acontecendo há tempo — por causa da barragem que nós temos no nosso Município. Eu acho que ninguém dá valor na barragem que nós temos lá, uma barragem com capacidade para 360 milhões de metros cúbicos, que protege a cidade de Blumenau. Ela protege todas as cidades abaixo dela. Mas ninguém dá valor, porque hoje já faz 2 anos que os indígenas estão em cima dessa barragem. Não há um operador trabalhando nessa barragem. O que será do dia em que ocorrer uma enchente sem ter um operador trabalhando lá?

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eles querem ampliação? Qual é a etnia indígena de lá?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Eu não sei dizer ao certo. Eu acho que é xokleng, guarani e kaingang. Acho que são os três. Mas tenho certeza que é xokleng.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Xokleng, guarani e kaingang.

O SR. GILSON LEHMKUHL - É.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Mas eles querem ampliação para as três etnias?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Eu acredito que sim, porque não há uma etnia definida em cada...

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eles convivem juntos?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Todos juntos.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Não existe uma separação?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Não.





O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - É um cacique só pra todos? É isso?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Tem um cacique presente pra todos.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Qual é o nome do cacique lá?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Setembrino... Agora me fugiu o sobrenome. Não vou lembrar o sobrenome. O nome é Setembrino.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Setembrino.

O SR. GILSON LEHMKUHL - Espere! Só um minuto! (*Pausa.*) Setembrino Canlem. Está aqui.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hoje há alguma área invadida lá?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Há.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Quantas áreas há invadidas?

O SR. GILSON LEHMKUHL - No dia em que nós estávamos presos lá, em que erámos reféns dos indígenas... Foi no dia 9 de março que isso começou. No dia 10, nós fomos até à Procuradoria da Justiça Federal no Rio do Sul e lá fomos obrigados a assinar um acordo. Saímos de lá forçados a assinar um acordo em que nós tínhamos que nos comprometer a deixar a FUNAI fazer uma avaliação das benfeitorias, das benfeitorias. Lá, eles deixaram isso bem claro. O coordenador da FUNAI deixou bem claro que as terras não podem ser pagas pela FUNAI, só as benfeitorias. Nesse acordo, a Procuradora deixou claro que os indígenas não poderiam ficar em cima de terra escriturada, mas esse acordo não foi cumprido. Ainda hoje, existem indígenas em cima de terras escrituradas.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Quantas propriedades estão invadidas lá?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Três, hoje.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Que área mais ou menos?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Em hectares?

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Isso.





O SR. GILSON LEHMKUHL - Em hectares, mais ou menos, eu vou chutar: são 20 hectares. Mas as propriedades em si têm mais de 20 hectares, de 20 a 30 hectares. Eles estão ocupando uns 3 ou 4 hectares.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Além do sequestro, do cárcere privado que eles fizeram com os senhores, eles praticam mais algum tipo de violência contra os senhores?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Ultimamente, sempre a nossa questão foi por causa das terras. Também quero deixar bem claro que não são todos os indígenas. São alguns. Temos que deixar bem claro isso. Mas sempre o nosso problema foi por causa de terras.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eles estão sempre tentando mais terras? É isso?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Na verdade, eles vão forçando a gente, vão cansando a gente, forçando no cansaço a sair. Chega a um ponto em que não temos mais como sair de casa, deixar uma casa sozinha. Então, não tem como ir à praça, deixar a casa 1 minuto, 5 minutos ou 10 minutos. Eu tenho um irmão que vive no meio desse conflito. Ele tem uma propriedade de 20 hectares. Ele saiu não faz... Não vou me lembrar do dia. Mas 2 semanas atrás, saiu num domingo pra jogar bola e deixou um irmão nosso na casa dele cuidando. Meu irmão disse que eram 4 horas ou 5 horas da tarde de domingo, e apareceram três pessoas encapuzadas com foice e facão. Quebraram o portão, cortaram mangueira e estouraram o fio. Não deu pra ver quem era. Não dá pra dizer que eram indígenas, mas acredito que eram pelo conflito que há na área.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Nessa região, 20 hectares é de pequeno agricultor. O seu irmão, as senhoras e os senhores vivem da terra lá?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Não. Ele tem muita terra, 20 hectares. Eu tenho 7 hectares, vivo em cima de 7 hectares.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Sete?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Sete hectares. A maioria, a média mais ou menos do Município é de 10 hectares por colono.





O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Dez hectares. Uma propriedade como essa dos indígenas, de 14 mil hectares, ninguém tem.

O SR. GILSON LEHMKUHL - No nosso Município, eu tenho certeza absoluta de que 14 mil, não. No nosso Município, não.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Nessa área de ampliação, qual é o tamanho médio das propriedades?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Há de 10 a 15 hectares. Existem propriedades com 7 hectares, propriedade com 10; no máximo, 20 ou 30. Não sei a parte de Vitor Meireles, eu quero deixar bem claro. Estou falando da parte de José Boiteux.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Tem acontecido roubo de bens, algum outro tipo de violência? O que tem acontecido lá?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Nós tivemos lá, um pouquinho antes de nós ficarmos reféns deles lá, uma casa foi invadida, que estava sendo construída, e outra casa foi roubada. Depois de roubada essa casa, passaram dois ou três dias, eles vieram e invadiram, e estão até hoje em cima dessas casas. É uma terra escriturada, que a Procuradora, no dia em que nós fizemos um acordo lá, ela deixou bem claro que eles tinham que se retirar, e até agora nada.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Quem era essa Procuradora?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Dra. Procuradora Lucyana Marina Pepe Affonso.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Existem alguns grupos apoiando os indígenas lá?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Que eu saiba, não.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Não existem ONGs?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Que a gente saiba, não. No meu conhecimento, até agora não.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Como é a atuação da FUNAI lá? O senhor vê a FUNAI lá? A FUNAI está junto?

O SR. GILSON LEHMKUHL - A FUNAI tem um coordenador direto no Município de José Boiteux.





O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Quem é ele?

O SR. GILSON LEHMKUHL - João Batista Oselame.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Ele medeia esses conflitos? Ele ajuda?

O SR. GILSON LEHMKUHL - No primeiro dia em que começou o conflito, ele chegou lá, mas ele sofreu uma pressão... Eu acho, acredito, que todos os agricultores até estavam lá. Ele sofreu uma pressão que eles ameaçaram amarrar ele lá também, se ele ficasse do nosso lado ou se fizesse a coisa pelo bom senso, entende? Ele pegou e se retirou; daí, no outro dia em que a gente foi na Procuradora para assinar o acordo, ele estava presente lá.

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - O que ele disse durante essa reunião?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Ele bem pouco se manifestou durante a reunião. Estava ele, que é um coordenador da FUNAI, e estava, acredito eu hoje, que o João Mitia, que eu não sei o que ele é na FUNAI, mas ele é aqui de Florianópolis. O João Mitia também estava presente nessa reunião, e assinou "João Mitia".

O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Mitia? Ele é da FUNAI?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Ele é da FUNAI.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Ele estava na reunião de Morro dos Cavalos.

Lá no Ministério Público Federal, o que lhes foi falado a respeito dessa ampliação?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Eu tenho um papel aqui, em mãos, da Procuradora, porque ela fez uma reunião com os indígenas, em que ela deixa bem claro. Só deixe eu me localizar um pouco aqui, porque eu quero ler o que ela deixou. Só um minutinho. Pelo que eu li, mas eu queria ler a frase que ela deixou e que foi... Ela deixou que: a ampliação da terra está no Supremo Tribunal Federal, essa ampliação da reserva. Aqui: *"que a Dra. Lucyana explicou que, com relação ao imóvel, objeto de reintegração de posse, recebeu o posicionamento da SPU informando que a propriedade não faz parte da área de usufruto indígena, localizado*





nas adjacências da Barragem Norte, cujo processo de transferência à comunidade indígena encontra-se em curso (Convênio DNOS 29, de 81). Desse modo, entende não haver fundamento legal que justifique a permanência dos indígenas no imóvel". Isso foi um imóvel de um cara que pediu a reintegração de posse, que era perto das propriedades que eles tentaram invadir nesses dias. Daí ela deixou assim: *E quanto à área de ampliação da terra indígena La Klanô, em discussão no Supremo Tribunal Federal, salientou ser necessário aguardar o posicionamento da Corte.* Esses são os papéis que eu tenho em mãos e que ela deixou.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Como é o nome da área?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Da terra indígena La Klanô.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Mas não é a Reserva Duque de Caxias?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Ela se chama reserva indígena, mas eu não sei por que eles usam terra indígena La Klanô também, mas a reserva é Reserva Indígena Duque de Caxias.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor pode apontar no mapa, para nós, onde é a Reserva Duque de Caxias?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Só me dão licença um pouquinho. A reserva são todos esses pontinhos vermelhos aqui. Essa é a reserva atual de hoje.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O.k.

O SR. GILSON LEHMKUHL - O Ponto que deu problema, em que nós ficamos trancados, é esse ponto em amarelo aqui. Se o senhor pegar pelos marcos, o marco "M" é o marco que já está demarcado, consolidado reserva, certo?

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hum, hum.

O SR. GILSON LEHMKUHL - O senhor pode ver aqui, que aqui ele para, certo?

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hum, hum.

O SR. GILSON LEHMKUHL - Daqui para frente, até nesse ponto, é uma estrada que vai perto da barragem ali. Esse ponto eles ocupam até aqui já. Esse aqui já faz 15 anos que eles conseguiram empurrar os colonos dali. Os colonos foram embora. Aí o problema que está dando hoje com os colonos é nesse pedaço





aqui. O senhor pode ver que pelo “P” aqui não tem nada que seja área deles, e é aqui que está dando problema hoje.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Tá, então, a área que eles pretendem é essa aqui agora?

O SR. GILSON LEHMKUHL - É esse pedaço aqui para emendar já na área consolidada e sai da área consolidada aqui, que vem por esse pedaço todo aqui assim.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Então, apesar de o nome ser diferente, é uma ampliação da Reserva Duque de Caxias. É isso?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Isso. É isso mesmo.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E a barragem fica para cá?

O SR. GILSON LEHMKUHL - A barragem fica aqui. Mas hoje o problema principal na nossa barragem é que acima da barragem existem 724 hectares que foram indenizados na época da construção da barragem. Esses 724 hectares foram dados para os indígenas usufruírem, ainda não é terra na reserva, é terra para eles usufruírem. Essas terras passam embaixo dos terrenos dos colonos. Mas todo terreno tem um marco, que diz onde é o ponto que é indenizado, que é praticamente o nível da barragem. Há um pedaço dessa terra, desses 724 hectares, que eles indenizaram antigamente o terreno inteiro, porque era uma área que tinha uma área aproveitada embaixo que alagou. Na época em que a barragem ia ser construída, ia alagar, e a área para cima era barranco. Ali foram indenizadas as terras inteiras. A gente sabe certinho onde é, e os indígenas também. Só que eles alegam que essas terras que eles tentaram invadir, o Governo já deu para eles, que eles têm, acredito eu, que é um... agora me fugiu... não seria um TAC, seria um... Em 2003 foi dado, se não engano, foi dada pelo Ministro Thomaz Bastos para eles. Então, eles alegam que já é deles, mas isso hoje está no Supremo.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Os senhores têm ação judicial, discutindo essa ampliação?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Nós agricultores de José Boiteux, não, mas de Vitor Meireles têm.





O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E vocês não têm, então?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Ainda não, porque nós somos poucos colonos hoje. Para gastar o mínimo que nós temos, não tem como chegar a pagar advogado para isso tudo.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hum, hum. O.k. Do que vocês precisam lá hoje?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Segurança. Primeiramente segurança para poder trabalhar. Vou dizer uma coisa para o senhor: hoje eu tenho um irmão meu que mora ali, temos trator financiado em cima desse terreno, temos secador de grãos, temos implementos. Isso é uma dívida, talvez não muito, mas uma dívida de 100 mil. Só que se tu tiveres que sair dali, tu vais pagar como isso aí para o Governo? Será que o Governo vai pegar essas coisas de volta? Vai pegar essas terras para eles? Acredito que não. Nós não temos como pagar.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Tá. Quantas famílias são atingidas por essa ampliação?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Quinhentas famílias, aproximadamente.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Aproximadamente quantas pessoas? Duas mil, duas mil e quinhentas pessoas?

O SR. GILSON LEHMKUHL - É nessa faixa para mais.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hum, hum. O.k. Há mais alguma coisa que o senhor queira nos dizer, Sr. Gilson?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Não. Daí, a outra questão que nós temos ali é que a área de 724 hectares é acima da barragem. Abaixo da barragem, existe uma área de 240 hectares, que era para ser a área de segurança máxima da barragem, e essa área, que pelo que a gente está sabendo, o Governo vai passar aos indígenas também. Se passar, eu só vou colocar uma pergunta aqui no ar, deixar uma pergunta: se passar essa área para os indígenas, a barragem vai ficar no meio de uma reserva. Será que no dia em que se precisar fazer uma reforma nessa barragem, eles não vão ter que indenizar os indígenas de novo? Como eles vão fazer para deixar uma área de 960 hectares, 970 hectares de terra? Não vão sobrar 10 hectares para uma área de barragem, que é a área que vai ficar dela, no máximo





isso? O resto vai ser tudo reserva. Será que Blumenau sabe da situação em que a barragem de José Boiteux está ficando? Essa é uma barragem de capacidade de 360 milhões de metros cúbicos. Hoje, Blumenau é protegido pela barragem de Taió — que eu devo ter aqui —, mas eu acredito que a barragem de Taió e a barragem e Itupiranga, que protege Blumenau, chegam a dar 50% da capacidade da nossa barragem. A barragem não tem um operador, gostaria de deixar claro.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Qual é o nome da barragem, lá?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Barragem Norte. É a maior barragem em contenção de cheias do Brasil, tá?

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E qual é o rio?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Rio Itajaí-Açu. O Rio Hercílio começa, mas é o Rio Itajaí, no caso aqui, afluente aqui embaixo. Então, é essa... A gente queria hoje só pedir segurança, porque nós não temos segurança. O senhor pode ver pela gravação da Polícia Militar, que joga para a Federal. Tu vais à Federal, a Federal diz que é competência da Militar. Eu fui conversar com o Tenente-Coronel Dionísio Tonet — eu e o produtor Eriberto Moser. Ele nos respondeu, disse para nós que lá era competência da Federal, que a Militar não poderia.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Delegado Marcelo, só um esclarecimento, para vocês terem ciência disso. A Polícia Federal não tem atribuição nenhuma em relação à manutenção da ordem pública dentro de qualquer área indígena. A Polícia Federal é a polícia judiciária da União, ela investiga inquérito. E a manutenção da ordem do local é atribuição da Polícia Militar. Isso está na Constituição Federal, e eles têm que cumprir.

Se a área ainda não está demarcada e não está homologada, eventuais crimes que ocorram lá dentro são atribuição da Polícia Civil, também. Não é atribuição da Polícia Federal, a não ser que haja algum crime ofendendo a cultura indígena. Mas, caso contrário, não tem atribuição nenhuma a Polícia Federal, e a Polícia Militar tem o dever de agir.

E esse não agir dela configura até prevaricação. Acho que é o caso de informarmos o Secretário de Segurança de que esse não agir está prejudicando a população local e tomarmos medidas cabíveis até de improbidade administrativa e





prevaricação em cima do comandante da região, porque a Polícia Federal não tem atribuição nesse caso.

O SR. GILSON LEHMKUHL - Delegado Marcelo, não é? Delegado, nós temos em mãos hoje — ninguém trouxe o mapa, até era para ter trazido, ninguém trouxe — o mapa da demarcação da área de ampliação da demarcação da área, que dá 724 hectares da bacia. Nessa área, nós temos os marcos que ficam ali em cada ponto certinho. Se puxar hoje, por GPS, a gente sabe onde é que está o indenizado e onde é que não está. A gente pede, sempre, para a Polícia Militar comparecer para dar segurança, porque não é o primeiro conflito que deu ou que dá. Muitas coisas acontecem, a gente vai lá fazer um boletim, chega na Civil para fazer um boletim, a... Eu não sei se ela é escritã ou o que ela é. Mas ela é esposa, na verdade, do delegado do Município nosso, lá de José Boiteux. Ela nem coloca. Nós queríamos colocar como terra, vamos supor assim, a nossa localidade que está dando conflito seria Serrinha — a localidade. Ela coloca como terra não sei o que indígena já. Então, até lá, a gente é prejudicado. A gente não tem nem ajuda para fazer um boletim de ocorrência. Nós temos lá em mãos, eu acho que chegou na mão da Procuradora, o dia em que nós fizemos o acordo. Entregamos, eu acho, 12 ou 13 boletins. No dia que a gente ficou refém, nós ficamos na arma do... na mira de uma arma de fogo, acredito eu, por mais de 1 hora. E tu não tens reação. Tu não tens o que fazer. Tu tens que ficar quieto. Escutar, escutar e acabou. Nós não queríamos conflito. Nós só queremos trabalhar para poder pagar o que a gente fez de dívida e as terras que a gente comprou. Mais nada. Só queremos segurança para a gente poder trabalhar. Seria isso.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Sr. Eriberto, com o que o senhor pode nos ajudar? O que o senhor pode falar?

O SR. ERIBERTO MOSER - Sobre o quê?

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Sobre essa questão, sobre o que, eventualmente, o Sr. Gilson não falou e o que o senhor quer acrescentar ao que ele disse.

O SR. ERIBERTO MOSER - Olha, eu, para mim, mais... mais de tudo é segurança, em primeiro lugar, porque nós não temos. Esse negócio de os índios estarem acampados em cima da barragem, isso não existe. Até que hoje... É porque





aqui atrasou muito. Eu disse para ele para nós fazermos uma reunião com o Sr. Milton Hobus, para ver, tanto que... Isso não existe, uma barragem ficar dentro de reserva indígena. Eles, comandando essa barragem que está há 2 anos sem manutenção, sem nada. Vocês vão lá, está uma porquidade só em cima daquela barragem. Isso não tem como... Os nossos governantes veem aquilo e não falam nada. Lá, em cima, nós estamos numa terra sem lei. Eles fazem a lei. Eles fazem a lei. Onde que invadiram a propriedade dele, naquele dia que nós estávamos lá. Eu também estava junto. O cara armado: foice, facão, e nós totalmente desarmados, sem nada. Só para não deixar entrar na propriedade. Vocês nem imaginam o que é que nós ouvimos de agressão física e não poder fazer nada. Isso é humilhante para quem só trabalha lá dentro. Olha, é complicado. Lá está uma coisa incrível. Vocês nem imaginam.

(Não identificado) - Quanto a essa ausência de atuação da Polícia Militar, vocês levaram isso ao conhecimento do Promotor de Justiça da Comarca?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Promotor? Ele sabe, porque ele sabe de tudo o que está acontecendo lá, e já não é de agora. Isso já é questão de... 2008 foi a época que deu mais conflito, por causa de invasão nas propriedades dos madeireiros. Tem muitos madeireiros em Vitor Meireles, eles têm plantação de eucalipto e de pínus hoje. Na época teve muita invasão e derrubada disso. Ele sabe desde aquela época, mas ninguém quer colocar o braço e dizer assim: "*Não. Nós vamos colocar lei, nós vamos fazer isso, nós vamos fazer aquilo.*" Lá na barragem, hoje, na Barra Dollmann, você pode chegar lá hoje, anda todo o mundo sem capacete, quatro, cinco numa moto, qualquer coisa. É uma terra sem lei, sem lei nenhuma.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Há alguma outra circunstância de crime lá, como droga, carro roubado?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Muita droga. Muita droga.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Nessa área?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Muita droga, bastante droga na reserva. Pode perguntar até para alguns indígenas. Os mais cientes sabem que está acontecendo muita droga. Quando acontece um roubo em José Boiteux num banco, alguma coisa, os fugitivos vão para a reserva. Isso é de certeza. O último roubo que teve foi





dentro da reserva, o último assalto que teve em José Boiteux foi ao Banco do Brasil. Foram apreendidos dois assaltantes dentro da reserva indígena.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Mas os assaltantes não eram indígenas?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Um era.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Um era indígena. E aí eles se refugiam dentro da área da reserva?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Na área da reserva, porque, pelo que todo o mundo fala — eu não entendo de lei —, o que todo o mundo fala é que só Federal poderia entrar. Mas, sem dúvida, a Militar entrou aquele dia, a Militar entrou, fez a apreensão de dois, dois meliantes ali que assaltaram o banco, entende? Um não era da reserva, mas o outro era.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Há carro roubado, alguma coisa, carro, moto?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Bastante. Carro, moto. Faz vinte dias atrás, a Polícia Militar foi lá com ...

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Pode falar, pode perguntar.

O SR. GILSON LEHMKUHL - Eu não sei a palavra que é, mas com ordem para fazer apreensão, mandato de prisão. Foi lá, prendeu o cara com duas motos roubadas, chassis raspados, tudo. Tem muito. Se quiser fazer, tem muito lá para fazer.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Tem arma?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Acredito que bastante.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor foi um dos que foi sequestrado lá?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Fui. Eu fui um que pôde sair para fazer o acordo na frente da Procuradora, mas nós ficamos lá na quarta, na quinta e na sexta até o meio-dia.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eles estavam armados?





O SR. GILSON LEHMKUHL - Quando começou o tumulto, tinha um indígena com uma arma. Eu vi um indígena com uma arma. Só vi ele. Depois que deu uma acalmada no tumulto, não vi mais nenhuma arma de fogo, só era facão, foice.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Que arma ele usava?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Ah, não dá para dizer. Ele estava muito longe. Mas acredito que era uma espingarda, pelo cano, porque estava apoiada em cima de um palanque de madeira.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hum, hum.

O SR. GILSON LEHMKUHL - Aí ele tinha como girar pra lá e girar pra cá. Estava na mira, não tinha o que fazer.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hum, hum. O.k. Mais alguma pergunta?

(Não identificado) - Não.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Há mais alguma coisa que os senhores queiram falar?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Eu só peço segurança, sinceramente. Eu peço o apoio do Delegado, que hoje é Delegado da Federal, que possa intervir na Militar, o que for possível para dar segurança para a gente.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Senhor, a função desta equipe técnica é só reunir informações, fazer encaminhamentos para os Parlamentares. São eles que fazem as determinações.

O SR. GILSON LEHMKUHL - Certo.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - No meu entendimento, no do Dr. Marcelo, no do Dr. Fernando também, todos nós entendemos que não existe a possibilidade de que as forças de segurança não atuem, quer seja numa reserva indígena, quer seja numa área invadida, quer seja numa área que se pretenda ampliar.

Para nós, muito claramente, as forças de segurança têm que agir, a Polícia Militar, a Polícia Civil, para crimes comuns, e a Polícia Federal, na competência dela, para crimes que envolvam interesses da comunidade indígena em conflito ou alguma coisa assim, como um todo.





Mas não existe justificativa legal. Este é um conceito equivocado que foi sendo repetindo por muitos anos, o de que a área indígena é uma área federal e, portanto, não poderiam as forças de segurança agir. E isso tem gerado o que os senhores estão vendo: torna-se uma terra de ninguém, onde o crime é praticado livremente, inclusive como refúgio para não indígenas criminosos.

Então, o encaminhamento que nós vamos sugerir é que seja feito um contato institucional da Câmara com o Secretário de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, para que eles revejam esse posicionamento e botem as forças de segurança pública para atuar, para proteger tanto os indígenas como os não indígenas, e para que não seja o uso da força que garanta os direitos e, sim, que a gente deixe para que as instituições resolvam da melhor forma possível e não usando a força de um lado ou de outro.

O SR. GILSON LEHMKUHL - Sim, eu gostaria de registrar que 2008 ou 2009, o Secretário Estadual, se não me engano, esteve presente ali, e na época era para ter sido instalada, eu não vou dizer certo, se era uma base da Polícia Federal ou uma base da Polícia Militar em cima da barragem. E isso nunca foi feito. Foi prometido, mas não foi feito, porque a barragem tem que ter segurança. Eu acredito que não é a questão de uma vida ou duas vidas. É questão de algumas mil vidas abaixo dela.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - É. A segurança da barragem também nos chamou a atenção, e vamos fazer a sugestão de encaminhamento aos órgãos necessários, porque isso aí já é uma questão de segurança grave. Não sei se o Marcelo tem conhecimento, mas Blumenau sofre muito com as enchentes, e qualquer dano que possa haver em uma barragem dessas impacta na vida, eu imagino, que deva girar na casa de 1 milhão de pessoas. Então, é muito perigoso, não é?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Eu só gostaria também de registrar que é a maior barragem em contenção de cheias do Brasil. Ninguém lembra isso, mas pode puxar a última reportagem que a RBS fez lá. A RBS destacou que, até hoje, a maior obra para conter uma cheia no Brasil é a Barragem Norte de José Boiteux. Blumenau sofre muito, mas muito, e depende dessa barragem. Até agora a gente está querendo... Eu, como Presidente da Câmara de José Boiteux, quero ir à





Câmara de Vereadores de Blumenau levantar esse assunto para os Vereadores, para ver se chama a atenção deles também, porque, se não for assim, acho que não tem como, porque o que eu já andei na estrada atrás de Polícia Militar, liguei para a Polícia Federal, fiz de tudo... Liga-se para a Polícia Federal, ela diz que é Polícia Militar; vai-se à Militar, diz-se: *“Aqui ninguém pode fazer nada. Lá é questão da Federal, indígena é questão da Federal.”* Vocês podem até ver pela gravação o que o policial nos disse. Conversando com o Tenente-Coronel Dionísio Tonet, ele nos passou que ele não tem... Corrijam-me a palavra agora...

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Competência?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Não tem pessoal.

O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA - Efetivo?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Não tem efetivo para mandar para lá. Eu disse: *“Então, se houver uma briga entre índio e branco, entre índios, entre brancos, vai morrer e não vai ter efetivo para fazer a segurança?”*

O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA - Deixe-me explicar para o senhor. Essa história de ausência de efetivo pode ser facilmente resolvida. Existe a Força Nacional de Segurança Pública que atua nesses casos. Se o Governador ou o Secretário vislumbrar que não tem condição de manter a segurança no local, ele pode, sim, demandar ao Ministério da Justiça que mande a Força Nacional de Segurança Pública ao local, para permanecer lá por um período até que as coisas se acalmem.

Então, a história de ausência de efetivo é uma desculpa que não traz nenhuma legalidade a isso aí.

O SR. GILSON LEHMKUHL - Eu só gostaria de deixar um apelo para que houvesse segurança, porque não a gente não que haja um derramamento de sangue entre branco e índio.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Esse material que os senhores estão... Os senhores vão nos disponibilizar cópia?

O SR. GILSON LEHMKUHL - Podemos deixar todos aqui, tudo para vocês. Tudo que já foi acordado, tudo que já foi falado.

O SR. ERIBERTO MOSER - Pode ficar tudo. *(Ininteligível)* o Governo fez acerto eles aqui em cima. Este é o mapa do...





O SR. GILSON LEHMKUHL - ... do primeiro acordo em que teve indenização para a reserva. Só preciso de uma cópia desse nosso último acordo. Se tiver como eu ficar com uma cópia. Ou pode ser o original. Faz uma cópia só para vocês.

O SR. COORDENADOR (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Mas alguma coisa que os senhores tenham a falar? (*Pausa.*) Não?

Então, damos por encerrado. Agradecemos a presença e a gentileza de nos procurarem e nos municarem de elementos. Nós vamos dar os encaminhamentos todos que entendemos necessários.

Muito obrigado. Boa noite.

